

O **GTHEMMat** é um grupo de trabalho da Associação de Professores de Matemática (APM) criado em 2009, que tem por objectivos recolher, estudar, preservar e divulgar documentos e memórias relacionados com todas as dimensões do ensino e da aprendizagem da matemática. São igualmente seus objectivos promover comunicação e discussão de ideias e trabalhos sobre história do ensino da Matemática e, contribuir para um conhecimento mais alargado da história do ensino da Matemática, nomeadamente entre os professores desta disciplina. Uma das actividades que o **GTHEMMat** pretende desenvolver é a colaboração na revista Educação e Matemática, este texto enquadra-se neste âmbito.



Figura 1. VI Congresso do Ensino Liceal – Aveiro, 1971 [Fotografia: Arquivo digital do Liceu de Aveiro]

Uma proposta de criação de uma Associação de Professores de Matemática [APPM], em 1971

Mária de Almeida

Introdução

No início da época de setenta, com a *reforma Veiga Simão*, a educação assumirá um lugar central no processo de recomposição do Estado e nos debates sobre a modernização e o desenvolvimento do país. Em pleno processo de consulta pública dos projectos da reforma realiza-se, em Abril de 1971, o VI Congresso do Ensino Liceal, em Aveiro.

Cumpriram-se, em Abril deste ano, 40 anos da realização deste Congresso de professores. Este artigo procura contribuir para a divulgação deste acontecimento então importante para a educação em Portugal e revelar a proposta de fundação de uma Associação de Professores de Matemática, aí apresentada pelo professor António Augusto Lopes (AAL).



AAL era professor de Matemática, do ensino liceal. Sendo metodólogo (orientador de estágio pedagógico) no Liceu D. Manuel II, no Porto desde 1957, era, também, professor na Telescola (subsistema de ensino utilizando a televisão) desde 1965. Foi membro da Comissão de estudos para a modernização do ensino da Matemática (criada em 1963 visando a introdução das Matemáticas Modernas em Portugal). AAL aproveita a oportunidade de participação dos professores na renovação educativa, que estava a ser dada pelo regime, em 1971, para tentar a fundação de uma associação de professores de Matemática.

Sociedade e educação em Portugal, em 1970: os projectos da reforma Veiga Simão

Para compreender as mudanças no âmbito educativo, incluindo no domínio curricular, é fundamental conhecer o contexto sócio-económico e por aí começaremos. Em Setembro de 1968, Salazar sai do Governo. Com o seu sucessor, Marcelo Caetano, há um período de descompressão política controlada. Em simultâneo com a política de descompressão, Caetano adopta uma política económica desenvolvimentista, favorável a uma integração europeia (Grácio, 1981). O convite de Marcelo Caetano a Veiga Simão, para a pasta da Educação, feito em Janeiro de 1970, inscreve-se neste contexto global.

Este ministro tem o seu nome ligado a uma reforma, a *reforma de Veiga Simão*. A primeira concepção a enformar esta reforma corresponde àquilo que se convencionou designar por democratização do ensino, objectivo formulado explicitamente por Veiga Simão e que foi motivo de controvérsia na cena política da altura. O segundo princípio subjacente à mesma reforma encerrava a ideia que o sistema educativo devia ser definido em função das necessidades da economia, pelo que devia preparar pessoas qualificadas que garantissem o crescimento económico do País (Teodoro, 1999). Foi em Janeiro de 1971, que Veiga Simão apresentou pela primeira vez o seu projecto de reforma do sistema de ensino consubstanciado em dois documentos: o «Projecto do Sistema Escolar» e «Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior». Ao dá-lo a conhecer, apelou a uma ampla discussão pública dos mesmos. Devido às características do regime, esta inusitada atitude do ministro merece ser sublinhada (Carvalho, 1996). Em pleno processo de consulta pública dos projectos da reforma realiza-se, em Abril de 1971, um Congresso de Professores.

Um número considerável de professores, inscreveu-se no VI Congresso do Ensino Liceal, estando presentes cerca de 800¹¹. (*Diário Popular*, 12/4/1971). Esta afluência manifesta talvez a sua vontade de se exprimirem e de intervir nos problemas do sector. Sobre o Congresso de Professores, AAL afirmou-nos:

Figura 2. VI Congresso do Ensino Liceal – Aveiro, 1971 [Fotografia: Arquivo digital do Liceu de Aveiro]

- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Boletim de inscrição provisória:	Enviar ao Liceu Normal de D. Manuel II, a partir de 26.IV.971
Nome	
Estabelecimento de ensino (oficial ou particular)	
Qualificação académica	
Qualificação profissional	
Endereço	Telefone
Data do envio deste Boletim: / /	

a)

Figura 3. Boletim de inscrição provisória na APPM

Eu estive lá, estive lá com uma proposta para se fundar a Associação dos Professores de Matemática, estive com a proposta de problemas de interdisciplinaridade entre a Matemática e a Física e, era para se realizar o segundo, o Congresso seguinte, no Porto, por iniciativa do Liceu D. Manuel II (E1).

Um Congresso de professores e as propostas de AAL

O 1.º Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial realizou-se em 10, 11 e 12 de Junho de 1927, em Aveiro, promovido pela Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses. Realizaram-se Congressos nos quatro anos seguintes, nas cidades de Viseu, Braga, Évora e Coimbra. A interrupção dos congressos é explicada pelo propósito estatal de controlar os funcionários públicos. Com efeito, em 1930^[2], passam a não ser permitidas as associações de professores de carácter federativo e, a partir de 1933^[3] é-lhes interdito associarem-se. Quarenta anos mais tarde, em 1971, também em Aveiro, realizou-se de 14 a 17 de Abril, o VI Congresso do Ensino Liceal, agora organizado por iniciativa governamental.

Entre os assuntos tratados no Congresso incluem-se, entre outros, a posição do ensino liceal no sistema educativo português e a formação dos professores e sua actualização nos esquemas modernos de ensino. Num artigo publicado em 1983, Rui Grácio (1983) refere ter analisado tematicamente as comunicações aceites no Congresso, um pouco mais de seis dezenas (65). No conjunto delas, cerca de metade incidiam sobre a aprendizagem, a pedagogia e a didáctica das disciplinas curriculares. Outros temas relevantes foram as políticas de ensino secundário e suas relações com a sociedade global, o mundo da economia e do trabalho, bem como, o ensino liceal: organização, objectivos, e, professores dos liceus: sua formação e actualização e, principalmente, problemas gerais e especiais de carreira. Três das comunicações abordavam o associativismo

docente, problema que não estava explicitamente previsto no programa do Congresso.

A finalizar o texto da sua comunicação apresentada ao Congresso e intitulada «Os objectivos e os métodos face aos meios audiovisuais de ensino»^[4], AAL propõe: «é necessário reunir e conjugar os esforços de todos os professores, para a fundação de uma Associação Portuguesa de Professores de Matemática» (Lopes, 1971, p. 3, sublinhados do autor).

Para Grácio (1983), a proposta de AAL não foi a mais marcante das três que abordavam o associativismo de professores, destacando «o carácter não político, exclusivamente científico e pedagógico-didáctico da agremiação de professores de Matemática.» (Grácio, 1983, p. 763). No entanto, para nós, o facto de o ter feito neste momento é importante, atendendo a que a realização deste Congresso constituía um desafio aos participantes e, como Salvado Sampaio (2006) disse a este propósito:

«Ou eles têm a audácia de propor a renovação profunda que o ensino exige, ou pelo contrário, se acomodam em posições tímidas. É preciso ter presente que o «Congresso» não «testa» apenas o ensino liceal, testa também a capacidade dos congressistas (p. 65).

Junto ao texto da proposta de criação da APPM foi incorporado um «Boletim de inscrição provisória» (Figura 1). Segundo AAL, foram dados «Boletins» a alguns professores de Matemática que os solicitaram durante o Congresso.

Em anexo ao texto da mesma comunicação estão as doze *Bases propostas para a fundação da APPM (Associação Portuguesa de Professores de Matemática)*. A Associação tinha como objectivos promover o progresso do estudo e o melhoramento do ensino de Matemática (Base I). Para a consecução dos objectivos propõem-se actividades fundamentais da APPM, entre as quais destacamos: conferências e colóquios sobre a cultura matemática e sobre o ensino da Matemática; encontros de professores, a nível nacional para troca de pontos de vista e estudos

das respostas obtidas em inquéritos e experiências pedagógicas; encontros de professores a nível internacional, no sentido de aumentar a cultura matemática e pedagógica dos membros da Associação; exposições de material didáctico; serviços de documentação e bibliografia. As actividades que a APPM se propunha desenvolver visavam, facilitar aos professores estar a par da evolução moderna das ciências matemáticas teóricas, das aplicações importantes da Matemática e dos progressos recentes da didáctica da sua disciplina, bem como permitir a troca de experiências entre professores. Previa-se a publicação de um «Boletim Informativo». É interessante notar que as ideias que sustentam estas bases (facilitar o aperfeiçoamento dos professores, ao empenhar-se em proporcionar conferências, seminários, encontros para troca de impressões sobre métodos e problemas encontrados, acesso a publicações) são ainda actuais.

Ressalta também da leitura das bases que a proposta apresentada por AAL para a fundação da APPM é impulsionada por um grupo de professores de Matemática do Porto, com a ambição da Associação vir a ter implantação nacional. A sede da APPM seria, em princípio no Porto (em estabelecimento de ensino oficial, mediante autorização do Ministério da Educação Nacional), mas esse facto não obrigava a que, necessariamente, fossem do Porto, no todo ou em parte, os componentes de qualquer dos Órgãos da Associação (Base XII). Consideravam-se membros fundadores da APPM, os trinta primeiros professores que declarassem querer inscrever-se como membros da APPM (Base VIII). Os «Estatutos da APPM» seriam redigidos por uma Comissão constituída por membros fundadores, que estaria também encarregue de apresentar ao Ministro da Educação Nacional, o pedido de autorização para criar a Associação Portuguesa de Professores de Matemática e aprovação dos Estatutos (Base IX).

Apesar de ter recebido alguns boletins de inscrição, para AAL a associação não avançou devido ao contexto político da altura, nomeadamente, a necessidade de aprovação do Ministro.

Salvaguardando que se processam em contextos políticos e sociais muito diferentes, é interessante verificar a similaridade entre alguns objectivos e acções da proposta atrás apresentada (APPM) e aquela que cerca de 15 anos mais tarde, um grupo de professores de Matemática estabelece ao levantar a possibilidade de se organizarem em associação, a actual Associação de Professores de Matemática (APM). Segundo Guimarães «[r]ealizou-se (...) dia 5 de Fevereiro (de 1986) uma reunião para debater a oportunidade de se constituir uma Associação de Professores de Matemática.», onde foram sugeridos, entre

outros, os seguintes objectivos e acções prioritárias para a APM: contribuir para quebrar o isolamento a que estão tradicionalmente sujeitos, procurando criar melhores condições para o trabalho colectivo para a troca de experiências; manter uma publicação regular de comunicação entre os professores de Matemática; realizar periodicamente um encontro inteiramente dedicado aos problemas do ensino de aprendizagem da Matemática.

Notas

- [1] O número exacto foi 767, sendo 505 senhoras e 262 homens (*Diário Popular*, 13/4/1971).
- [2] Decreto n.º 17 983, 20 de Fevereiro de 1930.
- [3] Artigo n.º 39 do Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de Setembro de 1933.
- [4] Grácio (1983) coloca esta comunicação em duas categorias temáticas: os professores do ensino secundário e as estruturas do ensino secundário.

Referências

- Carvalho, R. (1996). *História do Ensino em Portugal* (2.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guimarães, H. (1986). «Professores de Matemática. Novos passos para a criação de uma Associação». In *Inflexão* n.º 8, Março. Lisboa, p. 3.
- Grácio, R. (1981). «Perspectivas futuras». In *Sistema de ensino em Portugal* Coordenação de Manuela Silva e M. Isabel Tamen. *Sistema de ensino em Portugal* (pp. 649-695). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grácio, R. (1983). «O Congresso do Ensino Liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário: uma alternativa sob o caetanismo». In *Análise Social*, vol. XIX, 757-791.
- Sampaio, J.S. (2006). *Temas de educação — Subsídios para a análise crítica da expansão escolar (no Portugal dos anos 60 e 70 do século XX)*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Teodoro, A. N. D. (1999). *A construção social das políticas educativas. Estado, educação e mudança social no Portugal contemporâneo*. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologias.

Fontes

- Decreto n.º 17 983, 20 de Fevereiro de 1930.
- Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de Setembro de 1933.
- Cerca de 800 professores participarão nos trabalhos do VI Congresso de Ensino Liceal (1971, 12/4/1971). *Diário Popular*, p.10.

Mária de Almeida

Escola Secundária de Casquilhos